



luís leite
CONTABILIDADE

Coopcuidar - Cooperativa Des. Ap. Port.
Def.,CRL
Rua do Cruzeiro de Ponte, n.º 62
Ponte
5000-355 Vila Real

Vila Real, 27 de março de 2020

Assunto: Relatório e Contas de 2019

Estimado Cliente,

Serve a presente para remeter as contas do ano de 2019, em que devem observar o seguinte:

- Assinar e rubricar todas as folhas;
- Elaborar a ata da Assembleia Geral de aprovação de contas;
- Elaborar o Parecer do Conselho Fiscal.

Com os melhores cumprimentos,

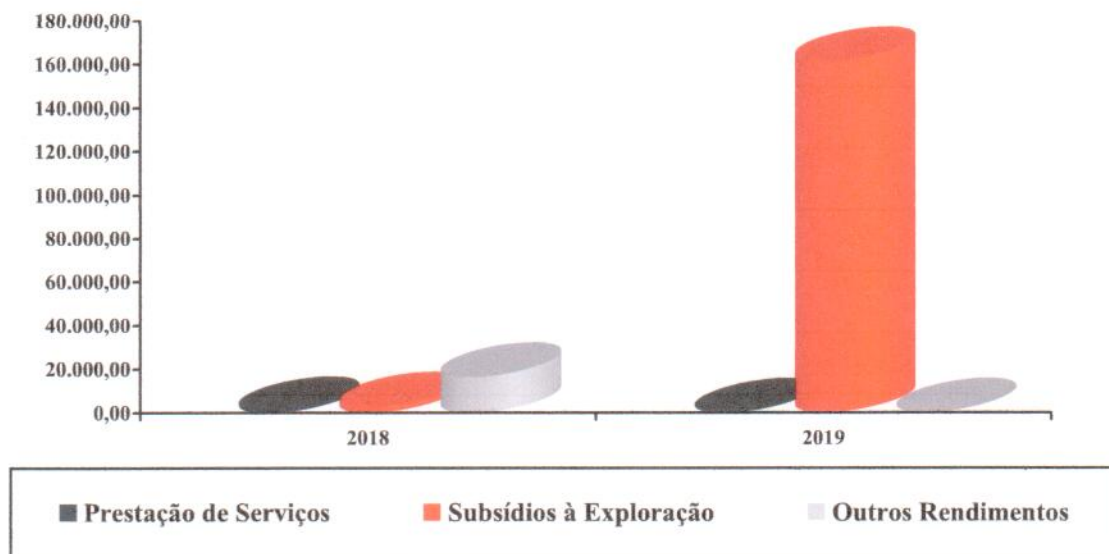
GB

CONTAS DE GERÊNCIA 2019

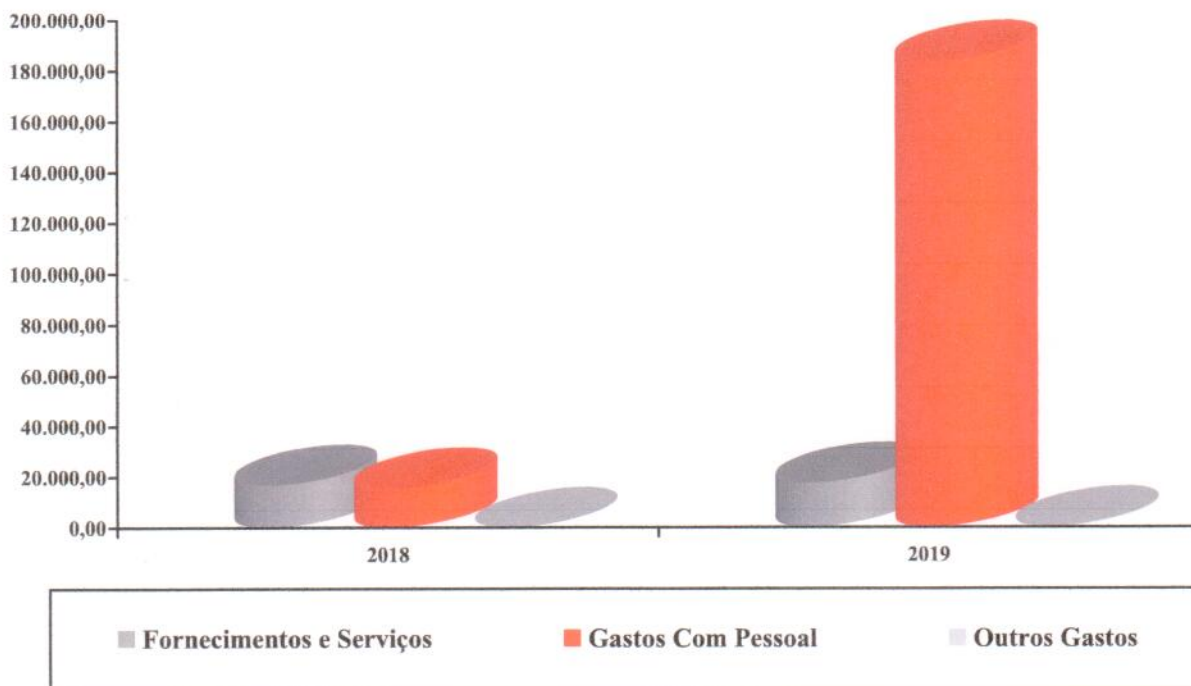
H L - 8
Fist
/ 11
p. 6

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS

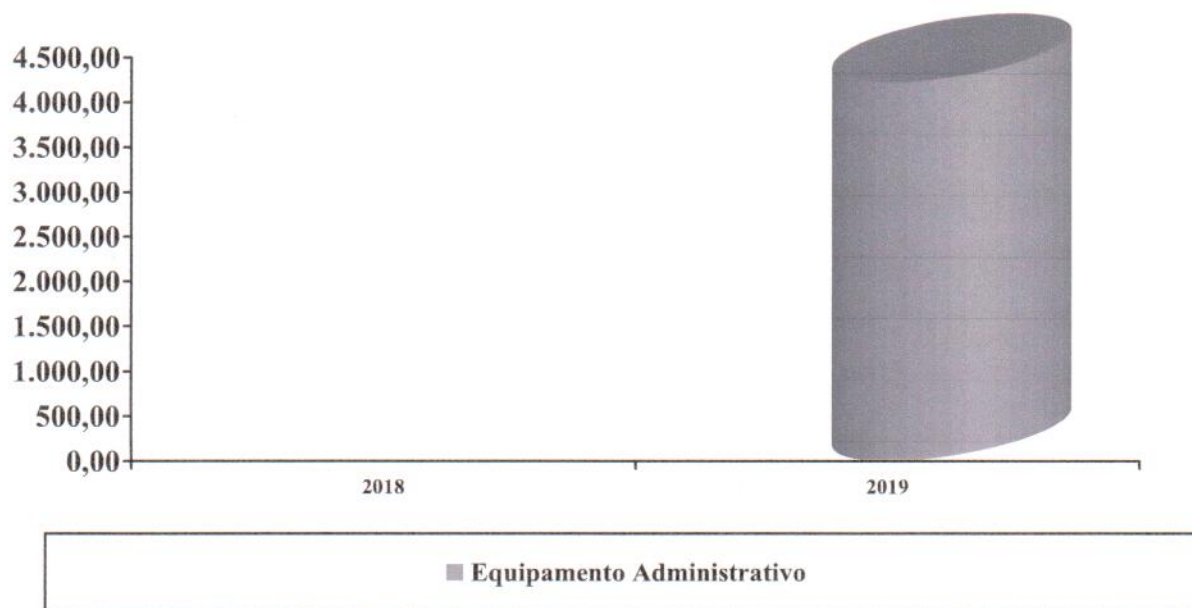


GASTOS

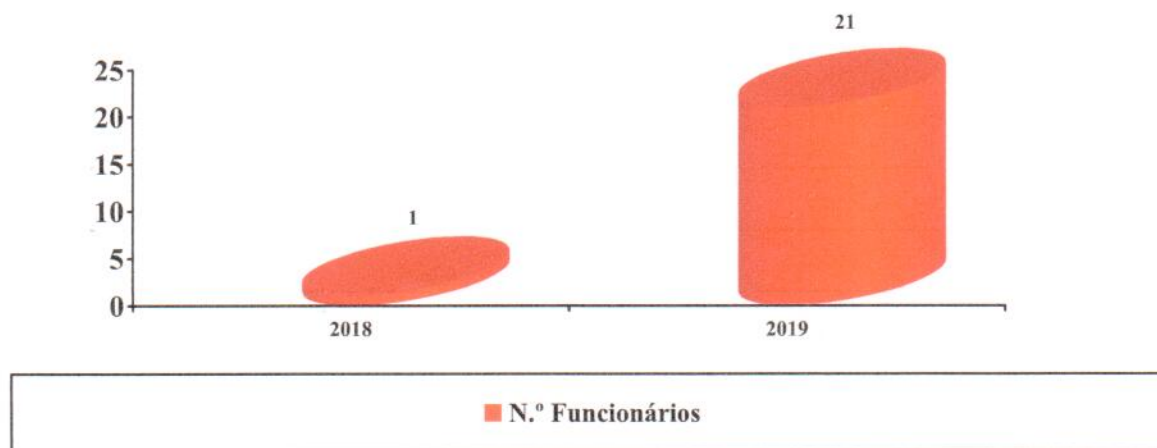


Handwritten notes and signatures in blue ink.

INVESTIMENTOS



TRABALHADORES



EUR

Balanço Individual em 31-12-2019

RUBRICAS		NOTAS	Data	
			31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	2.860,38		
Ativos intangíveis	6	1.031,87		
Investimentos financeiros	7	849,15		76,47
		4.741,40		76,47
Ativo corrente				
Estado e outros entes públicos	9.2			697,87
Outros ativos correntes	9.1; 13.1	945.653,71		2.080,00
Diferimentos	13.3	341,67		42,64
Caixa e depósitos bancários	4	32.447,32		1.749,01
		978.442,70		4.569,52
Total do ativo		983.184,10		4.645,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	9.3	2.500,00		2.500,00
Resultados transitados	9.3	-26.201,24		-13.129,61
		-23.701,24		-10.629,61
Resultado líquido do período	9	-41.784,26		-12.373,76
Total do capital próprio		-65.485,50		-23.003,37
Passivo				
Passivo não corrente				
Acionistas/sócios	9.1	25.293,14		24.183,26
		25.293,14		24.183,26
Passivo corrente				
Fornecedores	9.1	48,00		338,65
Estado e outros entes públicos	9.2	8.525,69		349,05
Outros passivos correntes	9.1;13.1;	41.133,94		2.431,70
Diferimentos	13.3	973.668,83		346,70
		1.023.376,46		3.466,10
Total do passivo		1.048.669,60		27.649,36
Total do capital próprio e do passivo		983.184,10		4.645,99

A Entidade

O Contabilista Certificado

Ass. Ana Cristina Gonçalves (Lúcia)
Paulo Henrique Gomes (Jorge)
Andréia Sofia de Carvalho (Teresa)
Paulo Alexandre Vilas (Amel)
Vitor Manuel (José)

Luís Leite
CC n.º 39242

EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	15,00	905,85
Subsídios à exploração	8	161.350,29	2.708,34
Fornecimentos e serviços externos	13.4	-17.530,52	-16.773,04
Gastos com o pessoal	11	-183.685,28	-15.446,63
Outros rendimentos	13.6	150,00	16.239,60
Outros gastos	13.5	-400,04	-7,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-40.100,55	-12.373,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-1.683,71	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-41.784,26	-12.373,76
Resultado antes de impostos		-41.784,26	-12.373,76
Resultado líquido do período		-41.784,26	-12.373,76

A Entidade

Assinaturas da Entidade:
 Cristina Gonçalves Lima
 Paulo Miguel Gomes Silva
 Andreia J. de Carvalho Taveira
 Luís Alexandre Vitorino
 Vítor Manuel Silva

O Contabilista Certificado

Luís Leite
 CC n.º 39242

ANEXO
(Exercício de 2019)

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Coopcuidar – Cooperativa para o desenvolvimento e apoio bio-psico-social do portador de deficiência, CRL

NIPC: 513580778

1.2 — Sede

Rua do Cruzeiro de Ponte, n.º 62, Ponte
5000-355 Vila Real

1.3 — Natureza da Atividade

Atividades de Apoio Social P/ Pessoas C/ Deficiência S/ Alojamento / Atividades em Estabelecimentos P/ Pessoas C/ Doença Foro Mental

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte do ano civil, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), constante do Aviso nº 8257/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras,

tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



3.1.7 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.8 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.9 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Capitais próprios e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.11 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.13 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.3 — Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.4 - Alterações nas políticas contabilísticas.

Não foi alterada qualquer política contabilística no contexto do período de 2018.

3.5 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não se verificaram alterações nas estimativas contabilísticas com os efeitos referidos em epígrafe.

3.6 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não se detetaram erros materiais que provocassem impactos significativos nas demonstrações financeiras.



4 - Fluxos de caixa

Ver alínea iii) do ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2019	2018
Caixa	1,20	16,49
Depósitos à Ordem	32.446,12	1.732,52
Total	32.447,32	1.749,01

5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.7 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Quantias brutas escrituradas	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates	2019
Equipamento administrativo					4.228,96	-135,00	4.093,96
Sub-total					4.228,96	-135,00	4.093,96
Depreciações e perdas por imparidade	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates	2019
Equipamento administrativo					1.233,58		1.233,58
Sub-total					1.233,58		1.233,58
Quantias líquidas escrituradas					2.995,38	-135,00	2.860,38

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Quantias brutas escrituradas	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates	2019
Programas de computador					1.482,00		1.482,00
Sub-total					1.482,00		1.482,00
Amortizações e perdas por imparidade	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates	2019
Programas de computador					450,13		450,13
Quantias líquidas escrituradas					1.031,87		1.031,87

7 – Outros Ativos Financeiros

Entidades	2017	Aumentos	Diminuições	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Fundo Compensação Trabalho		80,91	4,44	76,47	777,71	5,03	849,15
Total		80,91	4,44	76,47	777,71	5,03	849,15

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Ver ponto 3.1.10 na nota 3 deste anexo

8.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2019	2018
IEFP	346,70	2.708,34
INR n.º 43 "Vila Real Inclui"		5.619,83
INR n.º 232 "Cuidar Mental"		6.622,53
INR n.º 215 "Acção Social na Deficiência"		3.995,74
POISE - 03-4538 - FSE - 000468	161.003,59	
Total	161.350,29	18.946,44

9 - Instrumentos financeiros

9.1 – Clientes, fornecedores e sócios.

Ver alínea i) e ii) do ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2019			2018		
Outros créditos a receber	945.653,71		945.653,71	2.080,00		2.080,00
Total	945.653,71		945.653,71	2.080,00		2.080,00
Passivos	2019			2018		
Fornecedores	48,00		48,00	338,65		338,65
Acionistas/sócios	25.293,14		25.293,14	24.183,26		24.183,26
Outras dívidas a pagar	41.133,94		41.133,94	2.431,70		2.431,70
Total	66.475,08		66.475,08	26.953,61		26.953,61

Handwritten signature and initials in blue ink.

9.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2019	2018
Ativo		
EOEP - IVA		697,87
Total		697,87
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1.305,91	2,00
EOEP - Segurança Social	7.080,89	339,05
EOEP - Outros	138,89	8,00
Total	8.525,69	349,05

9.3 – Capitais próprios

O Capital é constituído por 2.500,00€, totalmente realizado

Outras rubricas de capitais próprios	2017	Aumentos	Reduções	2018	Aumentos	Reduções	2019
Capital	2.500,00			2.500,00			2.500,00
Resultados transitados	-3.650,15		-9.479,46	-13.129,61		-13.071,63	-26.201,24
Resultado Líquido	-9.479,46	9.479,46	-12.373,76	-12.373,76	12.373,76	-41.784,26	-41.784,26
Total	-10.629,61	9.479,46	-21.853,22	-23.003,37	12.373,76	-54.855,89	-65.485,50

10 – Rédito

Ver ponto 3.1.9 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidos no período	2019	2018
Venda de bens		
Prestação de serviços	15,00	905,85
Juros		
Total	15,00	905,85

11 - Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.11 na nota 3 deste anexo

11.1 — Número médio de empregados:

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	1			1
Termo certo		23	3	20
Termo incerto				
Total	1	23	3	21
Número médio de trabalhadores				21



Gastos com pessoal	2019	2018
Funcionários:	181.538,48	15.229,63
Remunerações	143.433,93	12.472,82
Sub. Alimentação	8.587,77	1.192,50
Encargos seg. social	29.516,78	1.564,31
Seguros	1.554,40	167,00
Outros	592,40	50,00
Total	183.685,28	15.446,63

11.2 — Remunerações dos órgãos sociais.

Os elementos que incorporam a direção não são remunerados a título de vencimento pelos serviços prestados.

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

2 – A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

Não existem salários em atraso em 31 de dezembro de 2019.

13 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Outras contas a receber/pagar.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Outras contas a receber/pagar	2019	2018
Ativo - Outros créditos a receber		
IEFP		2.080,00
Saldo devedor de fornecedores	791,58	
POSE - 03 - 4538 - FSE - 000468	944.862,13	
Total	945.653,71	2.080,00
Passivo - Outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	41.133,94	1.779,20
Andreia Sofia de Carvalho Marcelo		652,50
Total	41.133,94	2.431,70

13.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2019	2018
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Total		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar		652,50
Férias e sub. férias a liquidar	40.676,82	1.779,20
Elettricidade, água, comunicação a liquidar	457,12	
Total	41.133,94	2.431,70

13.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2019	2018
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	341,67	42,64
Total	341,67	42,64
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	973.643,83	346,70
Total	973.643,83	346,70

13.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2019	2018
Trabalhos especializados	4.555,88	492,00
Publicidade e propaganda	196,11	
Vigilância e segurança	73,80	
Honorários	2.313,16	849,50
Conservação e reparação-edifícios o. const.	116,22	
Serviços bancários	33,57	75,92
Ferramentas e utensílios	902,94	103,08
Material de escritório	786,08	715,92
Eletricidade	465,17	
Combustíveis	252,30	4.322,81
Água	269,97	
Deslocações e estadas	172,50	108,20
Rendas e alugueres	5.000,00	
Comunicação	1.798,52	278,84
Contencioso e notariado	101,22	43,61
Limpeza, higiene e conforto	418,43	91,76
Outros FSE	74,65	9.691,40
Total	17.530,52	16.773,04

13.5 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2019	2018
Taxas		0,06
Correções de períodos anteriores	400,04	7,79
Outros		0,03
Total	400,04	7,88

Gastos e perdas de financiamento	2018	2017
Juros suportados		0,15
Despesas bancárias e comissões		
Total		0,15

13.6 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2019	2018
Correções de períodos anteriores		1,50
Donativos	150,00	
INR		16.238,10
Total	150,00	16.239,60

13.7 – Proposta de Aplicação de Resultados

Aplicação dos RLE	2019	2018
Reservas Legal		
Reservas Livres		
Outras Reservas		
Resultados Transitados	-41.784,26	-12.373,76
Distribuição de Dividendos		
Total	-41.784,26	-12.373,76

13.8 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Real, 27 de março de 2020

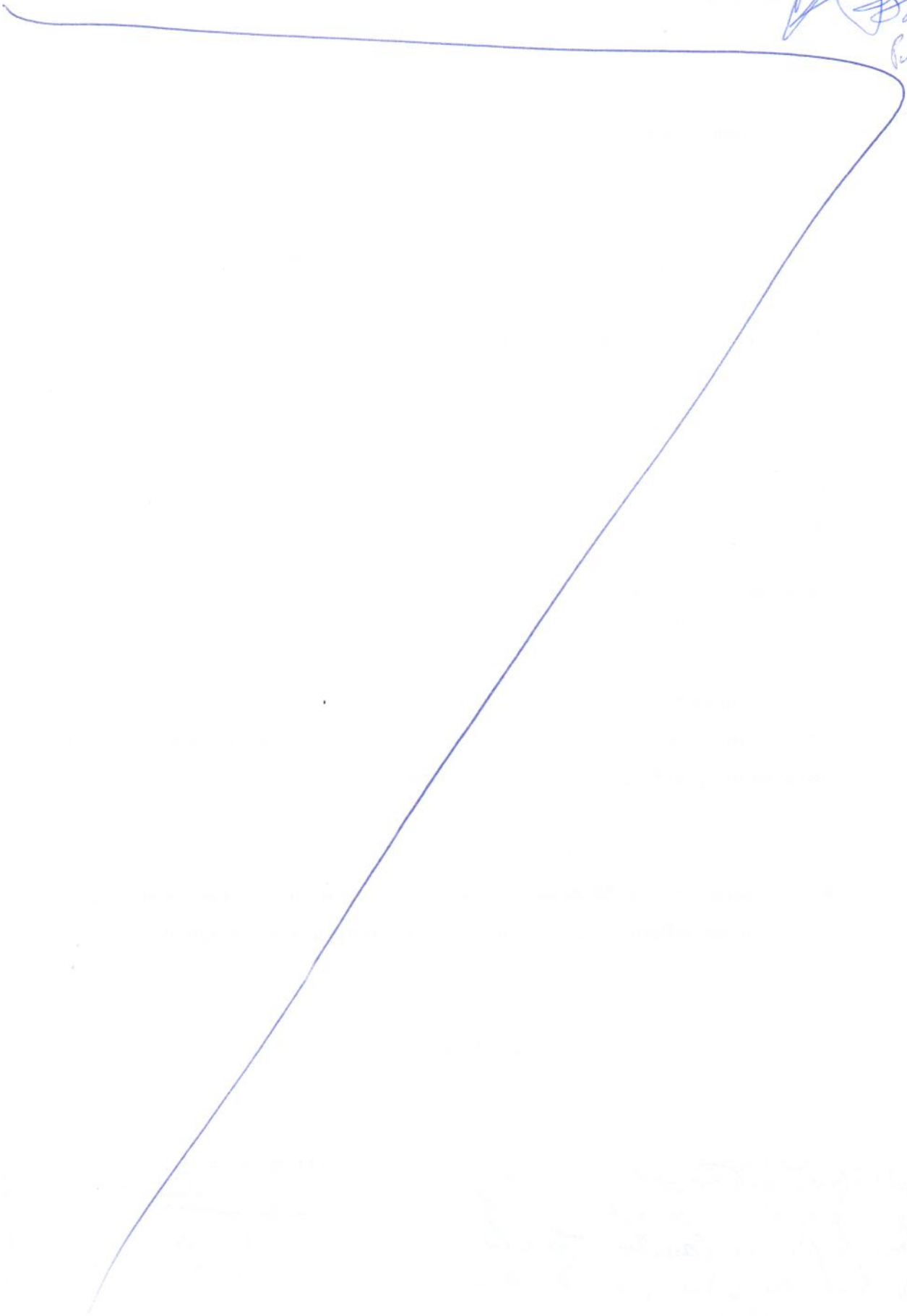
A Entidade

Isabel Cristina Gonçalves
Paula Oliveira
Luís Leite
Paula Alexandre
Vita Mend

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

1/11/88
1/11/88
1/11/88



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2019)

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Coopcuidar – Cooperativa para o desenvolvimento e apoio bio-psico-social do portador de deficiência, CRL

Relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2019, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 41.784,26€.

Foi iniciado um projeto, ao abrigo do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), o qual terá a duração prevista de 3 anos e visa promover o apoio à Vida Independente.

2- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

Quadro da Evolução dos Gastos

	2019	2018	Incremento	
			Valor	%
CMVMC				
FSE	17.530,52	16.773,04	757,48	4,52%
Trabalhos especializados	4.555,88	492,00	4.063,88	825,99%
Publicidade e propaganda	196,11		196,11	
Honorários	2.313,16	849,50	1.463,66	172,30%
Conservação e reparação	116,22		116,22	
Ferramentas e utensílios	902,94	103,08	799,86	775,96%
Eleticidade	465,17		465,17	
Combustíveis	252,30	4.322,81	-4.070,51	-94,16%
Deslocações e estadas	172,50	108,20	64,30	59,43%
Comunicação	1.798,52	278,84	1.519,68	545,00%
Outros	6.757,72	10.618,61	-3.860,89	-36,36%
TOTAL FSE	17.530,52	16.773,04	757,48	4,52%
Gastos com pessoal	183.685,28	15.446,63	168.238,65	1089,16%
Depreciações e amortizações	1.683,71		1.683,71	
Outros gastos e perdas	400,04	7,88	392,16	4976,65%
Total dos gastos e perdas	203.299,55	32.227,55	171.072,00	530,83%

3- EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2019 a 161.350,29€ (18.946,44€ em 2018).

Quadro da Evolução dos Rendimentos

	2019	2018	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	15,00	905,85	-890,85	-98,34%
Subsídios à exploração	161.350,29	2.708,34	158.641,95	5857,53%
Outros rendimentos	150,00	16.239,60	-16.089,60	-99,08%
Total dos Rendimentos	161.515,29	19.853,79	141.661,50	713,52%

4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2019	2018	Incremento	
			Valor	%
Equipamento Administrativo	4.228,96		4.228,96	
Total	4.228,96		4.228,96	

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2019	2018	Incremento	
			Valor	%
Equipamento Administrativo	4.093,96		4.093,96	
Total	4.093,96		4.093,96	

5- TERCEIROS

O valor de 945.653,71€ (2.080,00€ em 2018) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dividas de outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 75.500,77€ (27.302,66€ em 2018) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dividas, a sócios, a fornecedores, ao Estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2019 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2019 será proposto a transferência do resultado líquido negativo de 41.784,26€ para Resultados Transitados.

8- PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da Entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis.

Esta Entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

Riscos jurídicos

A Entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a

assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9- DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a Entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

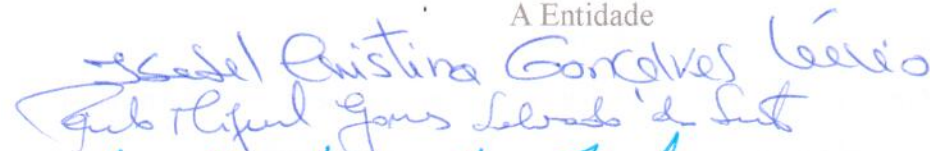
10- ENCERRAMENTO

Aos nossos Sócios, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Vila Real, 27 de março de 2020

A Entidade


Cristina Gonçalves Leão
Presidente do Conselho de Administração
Paulo Alexandre Mendes Gomes Filho
Vice-Presidente do Conselho de Administração